

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LASEB  
PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Andréa Aparecida Lima

**AÇÕES DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS  
CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO  
FUNDAMENTAL: O PAPEL DA GESTÃO**

Belo Horizonte  
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LASEB  
CURSO: PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Andréa Aparecida Lima

**AÇÕES DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS  
CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO  
FUNDAMENTAL: O PAPEL DA GESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Gorete Neto

Belo Horizonte  
2019

L732a

Lima, Andréa Aparecida, 1968-

Ações de intervenção no processo de transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental [manuscrito] : o papel da gestão / Andréa Aparecida Lima. - Belo Horizonte, 2019.  
36 f., il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Maria Gorete Neto

Bibliografia: f. 35-36

1. Educação de crianças. 2. Planejamento educacional. 3. Ensino fundamental. 4. Ensino fundamental. 5. Escolas - Período de transição

I. Título. II. Gorete Neto, Maria. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 155.423

**Catálogo da Fonte** : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica<sup>1</sup>.)

\* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Curso de Especialização em Formação de Educadores para  
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEXCENTÉSIMO SEPTUAGÉSIMO QUINTO TRABALHO FINAL DO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Ações de intervenção no processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: o papel da gestão”, do(a) aluno(a) **Andréa Aparecida Lima**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Maria Gorete Neto (orientador) e Sandra de Pádua Castro. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional ([www.repositorio.ufmg.br](http://www.repositorio.ufmg.br)). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Andréa Lima  
Andréa Aparecida Lima

Registro da UFMG: 2018749670

Maria Gorete Neto  
Maria Gorete Neto  
Professor(a) Orientador(a)

Sandra de Pádua Castro  
Sandra de Pádua Castro  
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha  
Ana Maria de Castro Rocha  
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização  
Em Formação de Educadores para Educação Básica

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado força para superar as dificuldades.

À família pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À minha orientadora Maria Gorete pelo apoio e paciência no acompanhamento deste trabalho.

Aos participantes da pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa caminhada, o meu muito obrigado.

"É do buscar e não do achar que nasce o que eu não conhecia."

*Autora: Clarice Lispector*

## RESUMO

Este trabalho reflete sobre as ações de intervenção realizadas pela gestão de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de Belo Horizonte com as crianças que frequentam a Educação Infantil e que iriam para o Ensino Fundamental no ano seguinte. Considerando os documentos orientadores e teóricos da educação, destacando conceitos como concepção de criança, currículo e rotina, propõem-se uma reflexão e análise sobre as entrevistas e observações realizadas, bem como os pontos a serem destacados na construção de estratégias utilizadas pela gestão. Para tanto, tem como referências teóricas de apoio, enquanto documentos orientadores, as Proposições Curriculares do Município de Belo Horizonte, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular; além de teóricos como Corsino (2007), Nascimento (2007), Vygotsky (1987), Wallon (1986) e Melo (2014) na apresentação das práticas pedagógicas que permeiam a Educação Infantil. A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa qualitativa. Os procedimentos adotados envolvem a análise das observações e entrevistas feitas durante as ações realizadas pela coordenação pedagógica com as crianças de cinco anos que revelam uma preocupação e empenho em propiciar às crianças experiências e vivências que a apoiarão no entendimento e reflexão dessa mudança pela qual irão passar.

**Palavras chave:** Educação Infantil; Ensino Fundamental; Transição.

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>AS ESTRATÉGIAS DA GESTÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>21</b>
<b>5.1</b>	<b>AÇÕES REALIZADAS DIRETAMENTE COM AS CRIANÇAS.....</b>	<b>22</b>
<b>5.2</b>	<b>AÇÕES REALIZADAS EM CONJUNTO COM OS PROFESSORES.....</b>	<b>31</b>
<b>5.3</b>	<b>AÇÕES DEFINIDAS EM PARCERIA COM AS FAMÍLIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>35</b>



## APRESENTAÇÃO

A minha experiência profissional na área educacional teve início em 2000, quando ingressei na rede estadual como professora de matemática designada, o que perfaz uma experiência de cerca de três anos corridos, em jornada dupla.

Coordenei turmas (com aproximadamente 45 crianças por sala), tanto do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), quanto do Ensino Médio, nas mais diversas situações, em que o desafio para mim, como educadora, era possibilitar um ambiente estável de aprendizagem, para que as crianças/adolescentes se sentissem parte do processo e pudessem participar de maneira mais efetiva, levando em consideração suas experiências e saberes.

Uma das maneiras utilizadas nesse processo foi a elaboração de projetos que, além de abranger os conteúdos programáticos, espelhavam seus desejos e a participação da escola e comunidade como um todo.

Assim, identifico-me com Freire em Pedagogia da Autonomia, ao citar “Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento” (1996, p.52).

Ao passar no concurso e ser chamada para trabalhar na Educação Infantil em maio de 2009, senti-me realizada em poder continuar a exercer uma profissão que estimo - educar -, mas sem deixar de aprender sempre, além de fazer parte de uma instituição que coloca em prática o conceito de “educação para todos”.

Ao conviver e vivenciar com turmas de berçário, 2, 3, 4 e 5 anos, entendi que este universo é muito precioso e que o cuidar e o educar são premissas na ação pedagógica para desenvolver um trabalho capaz de propiciar às crianças experiências que as acompanharão no decorrer de suas vidas, experiências essas que possibilitem sua “autoconstrução”, como um sujeito histórico, respeitando a diversidade, seu momento e sua realidade.

No final do mês de agosto de 2012, tive o privilégio de assumir a coordenação pedagógica da EMEI Capivari, função que exerci até 2017. Ressalto que esse período foi de grande aprendizagem, tanto pessoal como profissional. Uma oportunidade de colocar em prática conceitos estudados e nos quais acredito sobre a Educação Infantil, além da

oportunidade de trocar experiências, vivências e ideias com os diversos profissionais que compõem a instituição, como também a rede.

No período em que estive na coordenação, participei de várias formações oferecidas pela Regional, dentre elas sobre as Proposições Curriculares da Educação Infantil do município de Belo Horizonte, que explicita a forma de “pensar a Educação Infantil como etapa educacional que garanta o Educar Cuidando” (Melo, 2014, pág 16), além de reconhecer a criança como sujeito competente; e, como tal, de direitos, o que corrobora e amplia a construção de nossa prática pedagógica.

Em 2014, iniciei ações de intervenção com as crianças que iriam para o fundamental, as quais construiriam o conhecimento do que seria essa mudança de escola. A partir daí, em todos os anos são realizadas ações por parte da coordenação pedagógica, com atualizações, com o intuito de propiciar vivências que, de certa forma, preparam as crianças para essa mudança.

O ponto motivador para essa intervenção foi a observação e análise, em conjunto com as professoras, da ansiedade presente em algumas crianças quanto à mudança de escola e, conseqüentemente, da rotina com a qual estavam acostumadas.

Em 2018, após eleição realizada em 2017, assumi a função de Coordenadora de Apoio Administrativo, que, após a aprovação da Lei 11.132/2018, foi transformada no cargo de vice-diretora da instituição. Estou responsável pela parte administrativa, o que incorpora novos conhecimentos à minha trajetória. Entretanto, o envolvimento com as crianças, professores, funcionários e famílias da instituição e o fazer pedagógico fazem parte do meu dia a dia dentro da EMEI.

## 1. INTRODUÇÃO

Este plano de ação nasceu a partir do desenvolvimento de algumas estratégias empreendidas, como coordenadora pedagógica, diretamente com as crianças que fariam a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Essas ações foram realizadas devido ao alto nível de ansiedade observada nas crianças que não entendiam o porquê de mudar de escola.

Assim, surgiu a necessidade de desenvolver a análise e reflexão sobre as ações de intervenção, por parte da gestão, no processo de transição das crianças que frequentam o Ensino Infantil para o Ensino Fundamental, a fim de minimizar o impacto na vida escolar da criança.

O projeto de trabalho foi realizado a partir de entrevista com a coordenação pedagógica e observação das ações realizadas com as crianças, bem como a análise da legislação vigente, das diferenças curriculares, metodológicas, rotinas, e concepção de criança.

A pesquisa foi efetivada na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Capivari, situada na Vila Marçola, bairro Serra em Belo Horizonte, que atende crianças do entorno e bairro, que vão do berçário aos 5/6 anos.

O estudo está dividido em um referencial teórico, no qual é apresentado um breve histórico da Educação Infantil e a legislação vigente. Como foco do recurso metodológico, foram executadas entrevista e observação das ações realizadas com as crianças, famílias e professoras. Nesse ponto, as ações foram explicitadas em consonância com a teoria vigente e em como influenciaram pedagogicamente os participantes da pesquisa e, logo a seguir, as considerações finais.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Por trabalhar vários anos na Educação Infantil, como professora, coordenadora pedagógica e atualmente como vice-diretora, um tema que sempre me incomodou foi a mudança que ocorre quando a criança de seis anos sai da Educação Infantil e passa para o Ensino Fundamental, pois é nítida a percepção da existência de uma diferença enorme nas práticas pedagógicas nos dois segmentos e isso afeta a criança, tanto ao sair, como na sua adaptação no novo ambiente e seu desenvolvimento escolar. Ao desenvolver algumas estratégias, como coordenadora pedagógica, diretamente com as crianças que fariam essa transição, pude perceber o quanto influenciou para propiciar a “autoconstrução” da criança, possibilitando o entendimento de como se dá esse processo.

No primeiro segmento (Educação Infantil), os estímulos e acompanhamentos dados à criança são mais pontuais e têm como premissa o educar e o cuidar que se fundem a todo o momento. Isso implica em reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes e constituição do ser, não ocorrem em momentos e de maneiras compartimentadas, além de compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade, o que geralmente, ocorre de forma diferenciada no segundo segmento (Ensino Fundamental). A impressão que dá é de que a criança deixa de ser o foco de todo o processo educativo e o sistema de ensino a desconsidera ao organizar seus prazos e metas a serem cumpridos. Como explicita Corsino (2007):

Mas também podemos observar outras posições, como, por exemplo, situações em que, embora os objetivos a ser alcançados digam respeito às crianças, o foco está no conteúdo a ser ensinado, no livro didático, no tempo e no espaço impostos pela rotina escolar, na organização dos adultos e até mesmo nas suposições, nas idealizações e nos preconceitos sobre quem são as crianças e como deveriam aprender e se desenvolver. Numa outra posição, o foco na criança é compreendido como subordinação do trabalho às vontades da criança ou restrição das experiências educacionais ao seu universo sociocultural, como se fosse possível tecer o tapete sem ter os fios e sem aprender os pontos (CORSINO, 2007, p. 57-58).

Por entender que esse processo de transição engloba muito mais do que simplesmente uma mudança de fase, o “como ser realizado” é fundamental para o

sucesso desse processo. Para isso, além dos professores, a gestão deve estar imbuída de ações que intervenham de forma significativa no processo de transição para que aconteça de forma a agregar experiências positivas para a criança.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BRASIL, 2017, p. 53).

Assim, a realização deste projeto de trabalho visou observar e refletir sobre quais ações estão sendo realizadas pela gestão, com o intuito de minimizar o impacto que a criança sofre com essa mudança. Outro ponto de grande relevância é a discussão sobre a concepção de criança que segundo Nascimento (2007) é necessária:

...para desmistificar um conceito único de infância, chamando atenção para o fato de que existem infâncias e não infância, pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvem essa fase da vida, os estudos de Ariès apontam a necessidade de se desconstruir padrões relativos à concepção burguesa de infância. Esse olhar para a infância possibilita ver as crianças pelo que são no presente, sem se valer de estereótipos, ideias pré-concebidas ou de práticas educativas que visam a moldá-las em função de visões ideológicas e rígidas de desenvolvimento e aprendizagem (NASCIMENTO, 2007, p. 27)

Esse conceito influencia bastante nos estudos sobre as rotinas, as diferenças curriculares e metodológicas presentes nos dois segmentos, pois provoca questionamentos na busca de ações que proporcionem o equilíbrio necessário para que haja o desenvolvimento integral da criança.

Considerando esses aspectos, esta pesquisa tem como OBJETIVO: **Refletir sobre as ações ou estratégias de intervenção, por parte da gestão, no processo de transição das crianças que frequentam a Educação Infantil para o Ensino Fundamental, a fim de minimizar o impacto na vida escolar da criança.**

Para isso, procurou-se demonstrar como a legislação e os documentos orientadores preveem esse processo de transição; dialogar junto aos documentos orientadores e teóricos da educação conceitos como concepção de criança; currículo e rotina presentes nos dois segmentos; levantar, através de entrevista e observação, os pontos a serem destacados na construção de estratégias utilizadas pela gestão, descrever as ações que a Gestão realiza para efetivar essa intervenção e analisar o efeito desta intervenção no processo.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada é a qualitativa, pois se foca no caráter subjetivo do objeto, ou seja, busca entender e refletir sobre o papel do gestor nas ações de intervenção no processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Fundamental.

Lüdke (1986), em seu livro Pesquisa e educação (1986), cita Bogdan e Biklen (1982) ao explicitar algumas características da pesquisa qualitativa que, envolve “a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN E BIKLEN, 1982 APUD LÜDKE, 1986, p. 13).

A partir dessa conceituação, como procedimentos metodológicos neste estudo, foram realizados:

- Breve revisão Bibliográfica da legislação, documentos orientadores (a Constituição Federal de 1988, a Base Nacional Comum Curricular; Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares além das Proposições Curriculares do Município de Belo Horizonte), teóricos como Piaget, Vygostky, Wallon entre outros, que serviram de base para o entendimento do processo em si, como os sujeitos envolvidos;
- Entrevistas não estruturadas com os envolvidos no processo de transição que fazem parte da gestão: coordenadora pedagógica, para o entendimento de como se dá o processo de transição na prática do dia a dia;
- Observação das ações interventoras por parte da coordenação com as crianças, famílias ou professores;
- Elaboração das reflexões levantadas durante a pesquisa.

Este projeto de trabalho teve início em outubro de 2018, com a revisão bibliográfica e algumas observações *in locus* na instituição com as turmas da Educação Infantil que foram para o Fundamental.

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

O atendimento em creches de crianças de zero a cinco anos, surgiu da necessidade, em primeiro lugar, de diminuir a grande taxa de mortalidade infantil, bem como garantir uma alimentação, higienização, segurança e melhores condições de saúde para essas crianças. Tais objetivos estão relacionados à falta de infraestrutura das cidades no que tange ao saneamento básico e moradias, além da inclusão da mulher na força de trabalho (MELO, 2014).

Num primeiro momento, as pessoas responsáveis por esses espaços criados para atender a população de baixa renda, denominados creches, teriam de ter experiência materna e gostar de crianças. Ao final da década de setenta, houve um aumento do número de instituições em todas as classes sociais, as chamadas creches que atendiam a população de baixa renda e tinham o objetivo principal de assistência relacionada ao cuidado, e os jardins de infância que atendiam os mais favorecidos e que tinham o objetivo de socializar a criança e prepará-la para o Ensino Fundamental (MELO, 2014).

Vale ressaltar que o caráter assistencial e emergencial do atendimento significava muitas vezes ter creches em funcionamento precário. Dentro desse contexto, vários movimentos sociais surgiram no Brasil. O Movimento de Luta Pró-Creches (MLPC), em Belo Horizonte, foi institucionalizado legalmente em 1986, com o objetivo de lutar pelos direitos das crianças, bandeira esta que defende até hoje (MELO, 2014).

Segundo Melo:

As mudanças que marcam a sociedade contemporânea – tais como as lutas pelo direito de todos à educação, encabeçada por vários movimentos sociais; a emancipação da mulher, que buscou uma inserção profissional que lhe desse independência financeira; e o avanço dos estudos científicos no que concerne à compreensão sobre a criança e seu desenvolvimento – são fatores que se destacam como grandes impulsionadores do reconhecimento da criança de zero a cinco anos como sujeito sócio-histórico e de direitos (MELO, 2014, p. 24).

A partir daí, a busca pelo reconhecimento da criança como sujeito de direitos se torna uma constante em e para toda a sociedade. Com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a legitimação da criança como sujeito de direito e como cidadão em desenvolvimento foi reconhecida. Assim, os pais, a sociedade e o Estado têm de garantir que esse direito seja respeitado, conforme explicita em seu art. 227:



É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Com os direitos assegurados, outras definições importantes que corroboraram esse processo estão presentes no art.7, inciso XXV, o qual define que os trabalhadores têm direito assegurado à assistência gratuita dos filhos e dependentes, desde o nascimento até os 6 anos em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988).

Mais adiante, em novembro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação infantil (DCNEI), em seu art.5º, explicita nos parágrafos 3º e 4º que, além das crianças de 4 e 5 anos, as que completam 6 anos após 31/03, devem ser matriculadas na Educação Infantil (BRASIL, 2009). Outro ponto a ser destacado está presente no artigo 208 da CF/88, que define como dever do Estado, garantir educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, inclusive quando não estiverem em idade própria (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu art.21 vem definir a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, afirmando ainda que as instituições educacionais têm como principal objetivo o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando assim a ação da família, da comunidade e não a substituir. Juntos, escola e família passam a oferecer o que a criança necessita ao seu desenvolvimento e felicidade (BRASIL, 1996).

A referida Lei passou a designar também o atendimento à faixa etária de zero a três anos como creche e o atendimento à faixa etária de quatro a seis anos como Pré-Escola, instituindo que se referem às faixas etárias de atendimento às crianças e não às instituições favorecidas ou não economicamente, como eram anteriormente (BRASIL, 1996).

Em Belo Horizonte, no ano de 2009, foram lançadas as Proposições Curriculares para a Educação Infantil de Belo Horizonte, construídas com a intervenção de professores da rede e com base na Constituição Federal de 1988, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), e também teóricos que versam sobre o desenvolvimento infantil. Nesse

documento orientador está registrada toda a proposta de trabalho a ser desenvolvida com as crianças de zero a seis anos nas instituições do município.

A concepção de educação que norteia essa proposta é fundamentada na abordagem sócio-interacionista, que concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro e com o meio. Logo, a educação não acontece somente na escola e sim em parceria da escola com a família. Abordagem essa que tem como principais autores Vigotsky, Wallon e Piaget, que trazem uma compreensão do desenvolvimento infantil, sempre considerando o contexto histórico e social no qual estão inseridos.

Através de suas teorias sóciointeracionistas, as Proposições Curriculares concebem como processo dinâmico o desenvolvimento infantil, que se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio, pelo contato consigo mesmo, seu próprio corpo, com as coisas do seu ambiente, bem como com as outras crianças e adultos. Nessa interação, as crianças desenvolvem a capacidade afetiva, a sensibilidade, a autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem. É importante salientar que a conexão entre os níveis de desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo acontece de forma simultânea e integrada.

Assim, a reflexão sobre a infância como representação cultural do viver das crianças, significa reconhecê-la como fruto da organização da sociedade e das transformações significativas pelas quais passaram historicamente, aceitar que não há uma única forma de se viver a infância, mas diferentes modos de viver essa experiência, que se organiza e reorganiza, se multiplica cada vez mais na sociedade atual (MELO, 2014)

Dessa forma a criança, segundo Melo:

(...) significa e representa o mundo, participa de uma determinada cultura e dialoga com ela e, num contexto histórico, deixa suas marcas. Vale dizer que essa concepção de criança, construída culturalmente em uma trajetória temporal, não se apresenta de forma homogênea dentro de uma mesma sociedade e época nem mesmo numa mesma cidade, ou em cada instituição (MELO, 2014, p.74)

Como sujeito social, a criança significa o mundo, dialoga e se apropria dos elementos da cultura sob a perspectiva da lógica infantil, vivencia as diferenças sociais, como a classe social, gênero, religião, etnia, raça, ou as diferenças de suas condições físicas e/ou sensoriais (MELO, 2014).

Dessa forma, é fundamental que a instituição educativa propicie às crianças vivenciar experiências que estimulem seu desenvolvimento, considerando suas

especificidades e respeitando suas singularidades, diferenças e sua identidade. Portanto, para trabalhar com as crianças em um ambiente coletivo e público de Educação Infantil é fundamental considerar as necessidades e as particularidades das crianças, escutá-las em suas múltiplas manifestações e constituir, no coletivo, um projeto sobre como pensar e como proporcionar às crianças as vivências necessárias para seu desenvolvimento pleno dentro desse contexto educacional (MELO, 2014).

Seguindo esse princípio, é imprescindível entender que o educar e cuidar devem caminhar juntos, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB<sup>1</sup> N° 1, de 07/04/1999), considerando de forma democrática as diferenças individuais e, ao mesmo tempo, a natureza complexa da criança. Nesse sentido, o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil - RCNEI (1998) orienta que o ato de educar significa propiciar situações de cuidados e brincadeiras organizadas em função das características infantis, de forma a favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem (BRASIL, 1998).

Logo, o binômio educar/cuidar deve ser considerado de uma forma mais ampla, ou seja, o cuidado com a criança não se resume apenas ao físico ou biológico, nem o educar em transmitir informações, e sim o conjunto dessas ações que propiciará a construção na integralidade da identidade e autonomia da criança. O educar cuidando, ou cuidar educando, promove o desenvolvimento global dessa criança (MELO, 2014).

Neste ponto destacamos a concepção de currículo como um conjunto de práticas que associam as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento integral.

Para isso, de acordo com a Resolução CME/BH<sup>2</sup> nº 001/2015, em seu art. 25 as experiências proporcionadas por meio da ação educativa precisam:

I promover o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas e corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II favorecer a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III possibilitar às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, bem como o convívio com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos;

---

<sup>1</sup> CNE/CEB refere-se ao Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica

<sup>2</sup> CME/BH refere-se ao Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte

- IV recriar, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- V ampliar a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas
- VI possibilitar situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- VII possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- VIII incentivar a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- IX promover o relacionamento a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- X promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- XI propiciar a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições brasileiras
- XII possibilitar a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas e outros recursos tecnológicos e midiáticos;
- XIII possibilitar às crianças se identificarem como integrantes da natureza, estimulando a percepção acerca do meio ambiente, a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e o seu habitat;
- XIV promover a educação para a paz, de forma a possibilitar que as crianças vivenciem experiências de ser, estar e conviver no trânsito de maneira segura, refletindo o exercício da ética e da cidadania no espaço público;
- XV promover a educação em direitos humanos, visando a mudança e a transformação social, fundamentadas nos princípios da dignidade humana e da igualdade de direitos, bem como no reconhecimento, respeito e valorização das diferenças e das diversidades (BELO HORIZONTE, 2015).

Portanto, pela proposta de trabalho inserida nas proposições curriculares, é necessário, dentro da prática escolar, garantir às crianças: um ambiente seguro, saudável, acolhedor e estimulante; uma rotina estruturada e flexível em seu cotidiano; respeito a sua individualidade e suas diferenças; a construção de laços afetivos e sociais; proteção, limite e segurança; a construção de sua identidade e autonomia; os cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação; a construção de conhecimentos na relação com o outro; possibilidades de se expressar por meio das múltiplas linguagens; oportunidades de experimentar, explorar e ampliar os conhecimentos do mundo à sua volta; espaços e tempos para brincar, imaginar, representar, repetir e imitar, além de acesso à produção cultural, científica e tecnológica da humanidade.

## **5. AS ESTRATÉGIAS DA GESTÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

A coleta de informações foi efetuada na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Capivari, que é situada na Vila Marçola – Aglomerado do Serra. Atualmente, a escola atende 275 crianças, em um total de 15 turmas, sendo 9 turmas integrais de 0 a 2/3 anos, e turmas parciais, manhã e tarde, de 3 a 5 anos.

A partir das observações realizadas em outubro de 2018, na EMEI Capivari e de entrevistas efetuadas com a coordenadora pedagógica, o que se percebe como premissa de suas ações é o objetivo de propiciar às crianças vivências que as ajudarão a passar pela transição de ciclos de forma mais tranquila. Outro ponto a ser destacado é a importância da participação da família nesse processo, pois, são orientados como se dá essa transição.

Vale ressaltar que no Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMEI Capivari é registrado que a gestão da escola se empenha em garantir uma educação de qualidade, que tenha como foco principal a criança e o seu desenvolvimento global, através de uma proposta pedagógica que engloba suas especificidades e potencializa sua aprendizagem através de descobertas e experiências vividas no cotidiano escolar, tendo como eixo principal o brincar (EMEI Capivari, 2016).

De acordo com as Proposições Curriculares da Educação Infantil de Belo Horizonte (MELO, 2015, p.92), o brincar é direito da infância e, como tal, é imprescindível propiciar momentos onde os conhecimentos e aprendizagens ocorrerão de forma sistemática e ampliada nas ações do brincar.

Pensando assim, a proposta da gestão quanto à transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, é propiciar algumas ações que a façam compreender e passar por esse processo de forma mais tranquila possível.

A partir das observações e entrevistas realizadas, o estudo foi categorizado em:

- 5.1 Ações realizadas diretamente com as crianças;
- 5.2 Ações realizadas em conjunto com os professores;
- 5.3 Ações definidas em parceria com as famílias.

## 5.1 AÇÕES REALIZADAS DIRETAMENTE COM AS CRIANÇAS

A gestão da instituição se propôs realizar algumas ações diretamente com as crianças, objetivando propiciar experiências e vivências que ajudariam na sua transição para o Ensino Fundamental. Dentre elas, podem-se destacar:

### Roda de conversa:

A roda de conversa, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, é um momento privilegiado de diálogo, interação e troca de ideias entre as crianças, portanto, uma prática pedagógica muito importante tanto para a organização do trabalho como para o desenvolvimento da criança (BRASIL, 1998).

Além de estimular a oralidade, as crianças vivenciam experiências onde competências como explicar, argumentar, perguntar, criar hipóteses são desenvolvidas.

Segundo MELO (2015),

Esta estratégia é considerada como uma possibilidade privilegiada para o trabalho pedagógico da Educação Infantil uma vez que possibilita a construção de uma prática dialógica com as crianças. As rodas são situações em que todo o grupo tem a oportunidade de falar e de escutar. Nesses momentos, a atuação atenta e respeitosa dos professores e educadores é fundamental para que seja possível a organização e o questionamento das regras de convívio e da sua rotina diária, o estabelecimento de formas de participação no grupo, a reflexão sobre sentimentos, a resolução de conflitos e a construção coletiva de conhecimentos de tal modo que tanto os adultos quanto as crianças possam se expressar e ampliar suas reflexões a respeito de seus processos de convivência (MELO, 2015, p. 49).

É também o que explicita a entrevistada abaixo:

(...) roda de conversa com as crianças de 5 anos, mostrando slides, fotos de como é essa escola, do que eles vão encontrar, apresenta os livros didáticos, cadernos com pauta, mostrando um pouquinho desse universo do fundamental, com a intenção de que eles cheguem lá sabendo alguma coisa de como vai ser, porque a gente sabe que é totalmente diferente no fundamental. (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019).

A conversa aconteceu na biblioteca com três turmas de 5 anos, uma na parte da manhã e duas na parte da tarde, em horários separados, em que foi perguntado o que sabiam sobre a escola para qual iriam no próximo ano, se a conheciam, como achavam que era, enfim, como seria a nova experiência.

A maioria, principalmente no turno da tarde, sabia o nome da escola para qual iria, duas crianças relataram que seria para uma escola de futebol e karatê, outra disse que iria para uma escola com aluno de verdade, outra relatou que na nova escola teriam crianças grandes, que tinha de tomar cuidado para não brigar. Muitos estavam animados pelo fato de poderem levar lanche, uma ficou na dúvida como pegariam o lanche na escola depois de ver a foto de um refeitório que só mostrava as mesas.

A coordenadora, ao perguntar como as crianças achavam que seriam as mesas dos alunos, uma falou que era grande, para cima e quadrada, com partes em metal. Disse também que cada um ficava atrás do outro.

**Figura 1** - Roda de Conversa com a coordenadora Andréa Patrícia



Fonte: Arquivo pessoal

Ao perguntar o que teria na escola, uma das crianças simplesmente falou “muitas coisas”, outro disse que teria parquinho, o que foi corrigido pelos próprios colegas, dizendo que não teria. Foi discutido que teriam um horário para lanche e recreio, quando poderiam brincar de várias coisas, desde bola a corda, e também conversar com os colegas. Falou-se também que teriam os horários de aulas, ficariam responsáveis de separar e cuidar dos próprios materiais. Vários disseram que não poderiam rasgar nem sujá-los, e teriam que guardar tudo debaixo da mesa.

(...) foi engraçado da última vez que a gente fez, que eles acharam engraçado que na escola do fundamental não tem os ganchinhos para colocar as mochilas, que as mochilas ficam próximas né (...) (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019)

Além da conversa, foram preparados alguns materiais como livros didáticos, cadernos pautados, para conhecerem e manusearem. Teve um destaque também para a escrita em letra de forma e cursiva, o que já era uma curiosidade das crianças no dia a dia.

Outro recurso utilizado nessa roda de conversa foi o computador com projeção de diversas imagens de escolas do fundamental, suas salas de aula, refeitório, pátios, entradas, bibliotecas. Dentre as imagens mostradas, estava a Escola polo, que muitas conheciam, e conseguiram identificar algumas imagens, pois segundo elas, seus irmãos estudavam lá.

(...) a reunião que a gente faz é com a participação da coordenação... eu junto com minha outra coordenadora, a gente faz esse momento com essas crianças e, é bem legal, tem um retorno muito legal deles né. Eles ficam muito felizes, empolgados, a gente pergunta para eles se eles já conhecem como que é lá, e eles falam a escola que os irmãos já foram, falam muito da escola integrada né, que querem fazer balé, que querem fazer capoeira ... (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019)

No momento da roda é interessante observar como a criança interage, seja com o outro, trocando ideias, criando hipóteses, discutindo e muitas vezes chegando a um entendimento comum, seja com o meio, ao perceber situações diferentes do que está acostumada no seu dia a dia e questionar sobre isso. Vê-se claramente, na prática o que Vygotsky defende, ou seja, que o indivíduo se desenvolve ao interagir com o outro ou o meio e que o professor é importantíssimo nesse processo ao ser o mediador.



## Passeios

Outra estratégia utilizada é a visita a uma escola do fundamental, nesse caso a Escola Municipal Professor Edson Pisani, que era a escola polo da EMEI antes de ter sua autonomia promulgada pela lei 11.132, de 18 de setembro de 2018:

(...) e aí a gente tem a parceria com a nossa escola polo, que era a escola polo antes da EMEI se tornar... antes da emancipação, a Escola Edson Pisani que a gente fazia visitas né, com as crianças de 5 anos, passar um dia lá, uma tarde, onde eles iam conhecer pessoalmente as salas, as carteiras, que para eles é uma coisa bem diferente né, que é a carteira das crianças do fundamental. Conhecer o pátio, a quadra, e ai eles lancham lá, eles conhecem a escola e essa escola também prepara alguma coisa pra gente, geralmente uma contação de história ou uma ida a biblioteca. Então a gente conta com essa parceria. (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner,, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019)

**Figura 2** – Visita a Biblioteca da E.M. Prof.Edson Pisani



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 3** - Visita a sala de aula na E.M.Prof. Edson Pisani



Fonte: Arquivo pessoal

As crianças visitaram a Escola Edson Pisani, cada turma em seu turno de estudo, sendo recebidas na parte da manhã pela Diretora Floricena e à tarde pela Coordenadora Pedagógica Paula. As crianças tiveram a oportunidade de conhecer a biblioteca onde aconteceu uma contação de histórias, visitaram a sala dos professores, o pátio e uma sala de aula, onde se sentaram junto com os alunos desta e viram o que estavam estudando, naquele momento, matemática. Conheceram o refeitório onde um lanche bem caprichado os estavam esperando.

**Figura 4** - Visita e lanche no refeitório da E.M.Prof. Edson Pisani



Fonte: Arquivo pessoal

Nesse passeio à Escola M. Prof. Edson Pisani, as crianças ficaram encantadas com o espaço, com as pessoas e isso se deu principalmente devido à acolhida e de como foram recebidas. A afetividade presente na fala e ações dos profissionais (coordenadora,

diretora, funcionários e professoras), além dos alunos daquela escola, foi imprescindível para esse sentimento de bem-estar, que pôde ser observado nas crianças pelo modo como se sentiram pertencentes a esse lugar e, mesmo através de suas falas, “quero estudar aqui”, “gostei da biblioteca”, “o lanche é gostoso”, entre outras.

Outra coisa que a gente faz é priorizar que essas crianças que vão embora participem de alguns passeios né, então geralmente já todo, todas as turminhas de cinco anos, no final do ano vão para o cinema, que é um momento que eles esperam muito para isso. Eles ficam sempre esperando chegar aos cinco anos para ir a esse cinema. Ano passado infelizmente a gente não conseguiu porque nós tínhamos uma questão relacionada aos transportes, que foi cortado, mas esse ano vai ser um ano normal, onde as crianças vão poder ir a esse cinema. (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner,, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019)

Além de visitar a escola do fundamental, as crianças também participaram de outros passeios a vários espaços da cidade, como teatros, museus, cinema.

**Figura 5 e 6 - CCBB - Espetáculo “Mexerica”**



Fonte: Arquivo pessoal

## Festa de despedida

A festa de despedida das crianças que estão indo para o Ensino Fundamental é realizada com a participação das famílias. As crianças junto com as professoras preparam uma performance musical para apresentar a todos. Este ano teve a participação especial do Mágico, que convidou crianças e pais para participar ativamente do show. Esse evento contém certa formalidade, pois representa o encerramento de uma etapa na vida escolar da criança, mas também pressagia outra para qual estão encaminhadas. Há homenagem por parte da gestão às crianças, famílias, professoras e apresentação de um vídeo com cenas do dia a dia da criança na EMEI. Para finalizar, há um lanche preparado especialmente para esse momento.

Essa despedida é cheia de emoção, pois representa uma mudança importante na vida dessas famílias. Percebe-se nas crianças e famílias, apesar do sentimento triste de despedida, uma expectativa para o que está por vir.

... A gente faz uma despedida também para essas crianças né, a gente não usa a nomenclatura de formatura na nossa escola porque né, a gente sabe que a criança não está formada, a gente não forma. Nós fazemos uma festa de despedida para essas crianças, bem legal, assim né, chama a família, apresentações. (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner,, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019)

**Figura 7** – Apresentação das crianças - Festa de Despedida



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 8** – Apresentação Mágico - Festa de Despedida



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 9** – Participação da família - Festa de Despedida



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 10** – Lanche com a família - Festa de Despedida



Fonte: Arquivo pessoal

## 5.2 AÇÕES REALIZADAS EM CONJUNTO COM OS PROFESSORES

A participação das famílias em todo o processo educativo é imprescindível para que o trabalho pedagógico aconteça de forma a abarcar as reais necessidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Como explicita as proposições curriculares de Belo Horizonte:

“É de fundamental importância envolver as famílias em todos os projetos, ações, e discussões políticas e pedagógicas desenvolvidas dentro da instituição de Educação Infantil visando enriquecer as experiências das crianças, ampliar concepções e tornar o vínculo família-escola mais forte e significativo (MELO, 2014, p. 60)

Logo, dentre as ações realizadas junto às famílias, nesse processo de transição do infantil para o fundamental está a realização de reuniões coletivas para repasses de informes sobre o processo de vagas disponibilizadas para as crianças da instituição, definidas em portaria pela Secretaria da Educação. Além das reuniões coletivas, há as individuais para uma explanação mais pontual quando necessário ou quando solicitado pela família.

Outro ponto a ser destacado é a divulgação ampla através de bilhetes e avisos (afixados nos espaços da escola, agendas e via WhatsApp) informando o cronograma mensal, os eventos, reuniões, passeios e o que se fizer necessário para o incentivo da participação da família no cotidiano escolar da criança.

**Figura 11-** Roda de Conversa com as Famílias



Fonte: Arquivo pessoal

Durante as observações foi possível perceber que muitas famílias participam desses momentos, porém não é a maioria. As que participaram tiveram possibilidade de

tirar dúvidas e compreender como se daria o processo de inscrição, resultado e matrícula na escola para a qual for designada.

### **5.3 AÇÕES DEFINIDAS EM PARCERIA COM AS FAMÍLIAS**

A coordenação, através de seu acompanhamento pedagógico junto ao professor, busca incentivar a discussão em sala de aula com as crianças sobre as experiências vivenciadas e as que estão por vir, como a mudança de escola. Planeja também, com antecedência, as atividades de intervenção com o professor, para que este participe de todos os momentos.

Os professores e educadores precisam realizar o constante exercício de refletir sobre as expectativas que estão lançando sobre as crianças avaliando consigo mesmos e com elas se estas expectativas dizem respeito exclusivamente a critérios pessoais ou se estão voltadas para a construção da convivência respeitosa, igualitária e que se proponha a formar sujeitos que compreendam os limites e as possibilidades da convivência em comunidade (MELO, 2015, p. 35)

Essa reflexão se faz presente em todos nos encontros com a coordenação pedagógica, seja para discutir os planejamentos ou as ações realizadas em sala de aula e, neste caso específico, sobre as experiências a serem propiciadas as crianças para a transição do infantil para o fundamental.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ser um observador nas ações realizadas pela coordenação junto com as crianças, famílias e professores nesse processo de transição é completamente diferente do que estar a cargo dessas ações. Como disse anteriormente, já desenvolvi diversas ações de intervenção junto com as crianças, mas estando dentro do processo, nossa perspectiva de análise é completamente diferente do que a de observador.

Aqui me volta à mente minha orientadora que falava justamente isso, quando nos propomos a efetivar um olhar pesquisador em nossas próprias ações e de outros, iremos nos surpreender com o que percebemos, aprendemos e conseqüentemente como refletimos sobre a prática pedagógica.

Assim, venho aqui relatar sobre as reflexões que fiz sobre todo o processo observado. Ao participar das ações realizadas, pude prestar mais atenção às reações das pessoas envolvidas, pois não estava preocupada em realizá-las. Pude perceber a troca entre as crianças, suas expressões que algumas vezes demonstravam anseio, outras, animação, e ainda dúvidas, o que acabou sendo corroborado por suas falas na roda ou mesmo no passeio.

A forma como as interações interferem no entendimento e como, através de rupturas e retrocessos, novos conceitos são reformulados e apropriados pelas crianças, que corroboram os estudos de Wallon, ao defender que as experiências vivenciadas ou oferecidas pelo meio e o grau de apropriação dessas pelo sujeito interferem diretamente no desenvolvimento da inteligência.

Quando Ana Carolina relata:

... então a gente desconstrói algumas coisas e incentiva outras né, positiva outras principalmente do fundamental, porque as vezes eles acham que vai ser igual aqui, que tem muitas cores, muitos brinquedos e tal é um universo diferente, então a gente tenta dar uma base acredito eu que conseguimos atingir um pouquinho... (Trecho de Entrevista com Ana Carolina Guedes Gollner,, coordenadora geral da EMEI Capivari, Maio/2019)

Ela vem demonstrar a intenção por traz de toda ação desenvolvida com as crianças não apenas neste processo de transição, mas em todo o processo educativo, que tem como um dos principais objetivos a construção de sua identidade. Como podemos ver nas Proposições Curriculares:

No processo contínuo e dialético da construção da identidade, duas dimensões estão em constante inter-relação: a dimensão pessoal e a dimensão social. Essas dimensões relacionam-se e se interpenetram num processo constante de construção de cada indivíduo. Considerando a Educação Infantil, essa construção se dá na relação da criança com os adultos, com outras crianças e com o mundo social mais amplo. Esse processo, a partir da identificação das diferenças e da igualdade gera a autoafirmação de si mesma e do grupo ao qual a criança pertence ao mesmo tempo em que gera o movimento de identificação do que lhe é diferente: adultos e crianças; homens e mulheres, índios e brancos, brancos e negros, entre outros (Melo, 2014, p. 51).

Assim, seja na roda de conversa sobre a mudança de escola, ou mesmo no passeio para conhecer a escola do fundamental, a criança se relaciona e com isso apreende diversos significados que a sustentarão na construção e desenvolvimento de sua identidade. Passará a perceber que há diferenças entre esse momento que estão vivendo, com o qual estão para ingressar, o que não significa que seja ruim muito pelo contrário, faz parte do crescimento individual de cada um. Essa perspectiva de pensamento é perceptível nas ações, nas falas, nas trocas de cada criança.

Acredito que as ações desenvolvidas, anteriormente explicitadas, influenciaram de forma bastante positiva nesse desenvolvimento individual da criança, algumas mais perceptíveis que outras, mas presentes em todas. Vale ressaltar que em todo processo educativo é imprescindível entender a criança e respeitar suas especificidades.

Outro ponto importante a se destacar é o papel do gestor, que ao compreender:

...as crianças como sujeitos competentes buscam, na vivência cotidiana, adotar uma postura de efetiva escuta predispondo-se a entender como elas estão pensando, os conhecimentos que estão construindo, as hipóteses que estão elaborando (Melo, 2014, p. 61).

Atitudes que revelam o respeito aos direitos da criança, ao reconhecimento desta como cidadão de direitos.

Num primeiro momento, ao desenhar o plano de ação, minha intenção também era estudar como se deu a entrada da criança no fundamental. Porém, devido a diversos contratempos, não foi possível, o que não quer dizer que foi esquecido. Assim que possível, a intenção é continuar os estudos sobre esse processo, que num primeiro momento é muito complexo devido às questões emocionais. Mas, como pude aprender com as crianças, se for proporcionado experiências que façam entender o que está por vir, passa a ser muito mais simples. Aliás, passa a ser um momento esperado com alegria pelas crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME/BH nº 001/2015**. Diário Oficial do Município. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1138760>. Acesso em 18 nov. 2019.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **DESAFIOS DA FORMAÇÃO: Proposições Curriculares para a Educação Infantil na Rede Municipal de Educação e nas Creches Conveniadas**. SMED. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil Brasília: Diário Oficial**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 03 out. 2019.

———. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é Base**. Brasília: MEC, 2017 - Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em 08 Jan. 2019

———. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

———. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v

———. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 03/10/2019.

CORSINO, Patrícia. As crianças de seis anos e as áreas de conhecimento. *In*: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão das crianças de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

EMEI Capivari. **Projeto Político Pedagógico**. 2016

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, Ana Cláudia Figueiredo Brasil Silva (org). **Proposições Curriculares para a Educação Infantil**: fundamentos - Desafios da Formação, 1. Belo Horizonte: SMED, 2014.

MELO, Ana Cláudia Figueiredo Brasil Silva (org). **Proposições Curriculares para a Educação Infantil**: eixos estruturadores - Desafios da Formação, 2. Belo Horizonte: SMED, 2015.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da crianças de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

WALLON, Henri. **Psicologia**. São Paulo: Ática, 1986.

VYGOTSKY, Lev. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

NEVES, Wanessa. **Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/news/transicao-da-educacao-infantil-para-o-ensinofundamental-entrevista-com-vanessa-neves-ufmg-e>>. Acesso em: 02 nov. 2018.